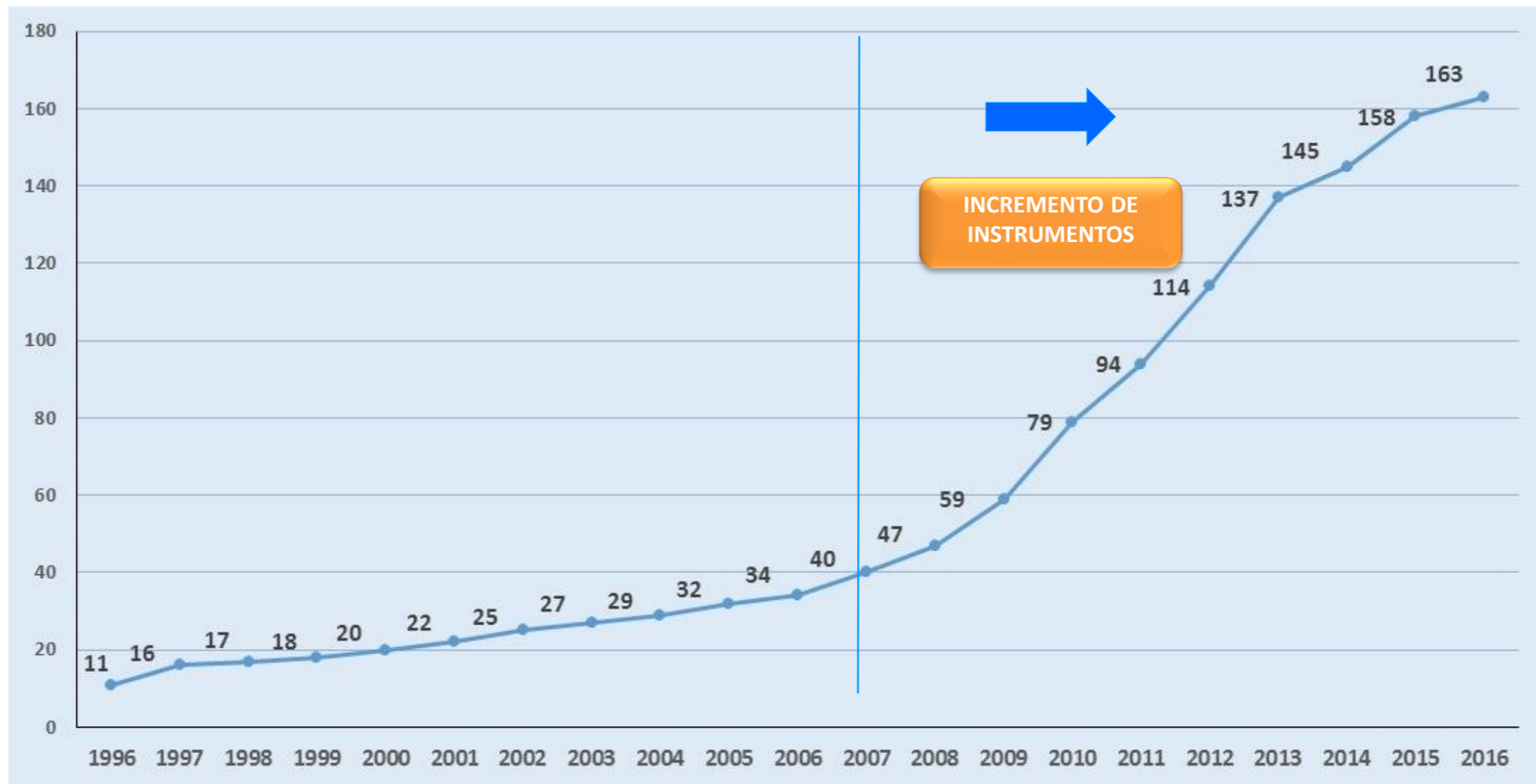


Portaria nº 424 e IN 02: Mudanças e Implicações

**IV Encontro Estadual de Gestores Municipais de
Convênios e II Seminário Catarinense de
Engenharia e Arquitetura no Setor Público**

Florianópolis, 15 de agosto de 2018

EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

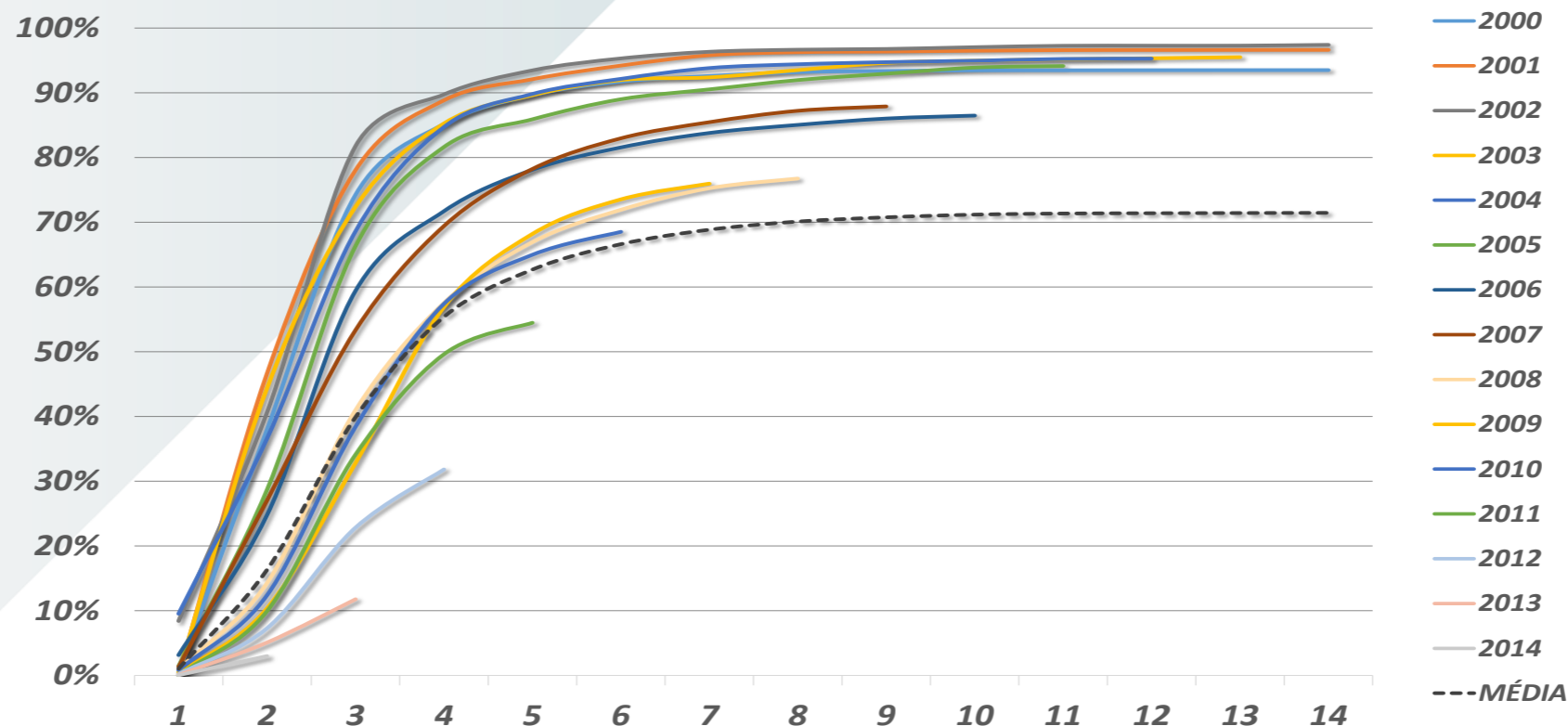


Fonte: Base de dados SUTRE

TEMPO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

COMPORTAMENTO DAS SAFRAS

Fonte: Base de dados SUTRE



TEMPO (ANOS) PARA ALCANCE DOS % DE DESBLOQUEIO						
SAFRAS	Desbloqueio Acumulado					
	10%	20%	30%	40%	50%	60%
Até 2007	1	1,3	1,5	1,9	2,1	2,5
A partir de 2007	2	2,5	3	3,5	4,5	6

- ✓ As safras a partir de 2007 levam o dobro do tempo para alcançar o mesmo % de desbloqueio acumulado, quando comparadas às safras até 2007.



IN 02/2018

- Sensibilização quanto aos altos custos do processo (complexidade)
- Duração excessiva das operações
- Necessidade de otimização do fluxo financeiro das operações

Necessidade de implementar forma de remuneração dos CPS, visando o equilíbrio de custos e receitas recebidas

Resultados:

- Padronização da atuação da mandatária
- Aperfeiçoamento da legislação e do SICONV
- Nova Precificação

2007

Acórdão TCU
1.1126/2007

Decreto 6170

2008

PORTARIA 127

2011

PORTARIA 507

2014

Relatório CGU
201407579

**GT 380/2014
MCIDADES**

2016

**PORTARIA
424**

**DECRETO
8943/16**

2017

**GT DAS
MANDATÁRIAS**

**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 2 DE 24 DE
JANEIRO DE
2018**



PORTARIA 424/16

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES



MUDANÇAS COM IMPACTO NO FLUXO FINANCEIRO



Reduz a liberação inicial para obras de **50%** para até **20%**, sendo que o repasse será feito após a homologação e aceite da licitação



Possibilita a liberação de recursos de parcelas posteriores à primeira à execução de no mínimo **70%** das parcelas liberadas

Melhor programação dos valores liberados pela União, evitando que os recursos fiquem parados nas contas vinculadas

Objetivo: acelerar a disponibilidade financeira para AIO e reduzir o volume de recursos estagnados em conta de operações paralisadas ou não iniciadas.



MUDANÇAS COM IMPACTO NO TEMPO DE VIDA CONTRATUAL



Cláusula Suspensiva:

- Operações **Nível IV** devem ser contratadas **sem suspensiva**
- Para os demais níveis é definida pelo Gestor, conforme IN 02/2018 (Máximo: 18 meses / MSaúde – 24 meses)



Encerramento dos contratos de repasse **sem evolução financeira por mais de 180 dias após 1ª liberação** ou **sem execução pelo período de 360 dias** (caracterizada pela emissão de OBTV) e devolução de recursos.



Restringe as **reprogramações/reformulações** de projetos



Vedado aproveitamento de **rendimentos para ampliação** ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.
(Art. 41, § 12)



MEDIÇÕES & AFERIÇÕES

	Aferições	Valor mínimo por Medição
Nível I	2 aferições 50% e 100%	R\$ 25 mil
Nível II	3 aferições 30%, 60% e 100%	R\$ 75 mil
Nível III	Mín. 5 aferições	R\$ 500 mil
Nível IV	Sem necessidade de visita	



Institui **mínimo de 10% do piso dos níveis** de recursos de repasse para desbloqueio **ou, no nível III, 10% das metas**, quando houver mais de uma e forem executadas por empresas diversas



DESTAQUES



Permite pagamento de projetos, limitado a 5% do VI

- *Exceto quando vedado pelo Ministério
- *Deve ser previsto no PT!

➤ CR composto por duas metas:

- 1-Elaboração de projeto de engenharia
- 2-Obra



Vedada licitação que tenha sido publicada em data **anterior ao aceite** do projeto básico de engenharia pela CAIXA. (Art. 7º, § 7º, inciso II)



Empreitada por Preço Global



Licitação por Menor Preço Global

➤ Regime de empreitada

(art. 6º da Lei 8.666/93)

VII - Execução direta

VIII - Execução indireta

a) Empreitada por Preço Global

b) Empreitada por Preço Unitário

d) Tarefa

e) Empreitada Integral

Regime de execução/
contratação!

➤ Tipo da licitação

(art. 45 da Lei 8.666/93)

I - Menor preço

II - Melhor técnica

III – Técnica e Preço

IV - Maior lance

Critério de julgamento
das propostas!



GT DAS MANDATÁRIAS



GT DAS MANDATÁRIAS (2017)

Objetivo: Regular a contratação de instituições financeiras que atuam como Mandatárias da União e propor novas diretrizes para essa relação.

Coordenação:



Participação:



 Colaboração dos demais ministérios e BB



Avanços Trazidos pelo Marco Legal das Mandatárias – IN 2/2018

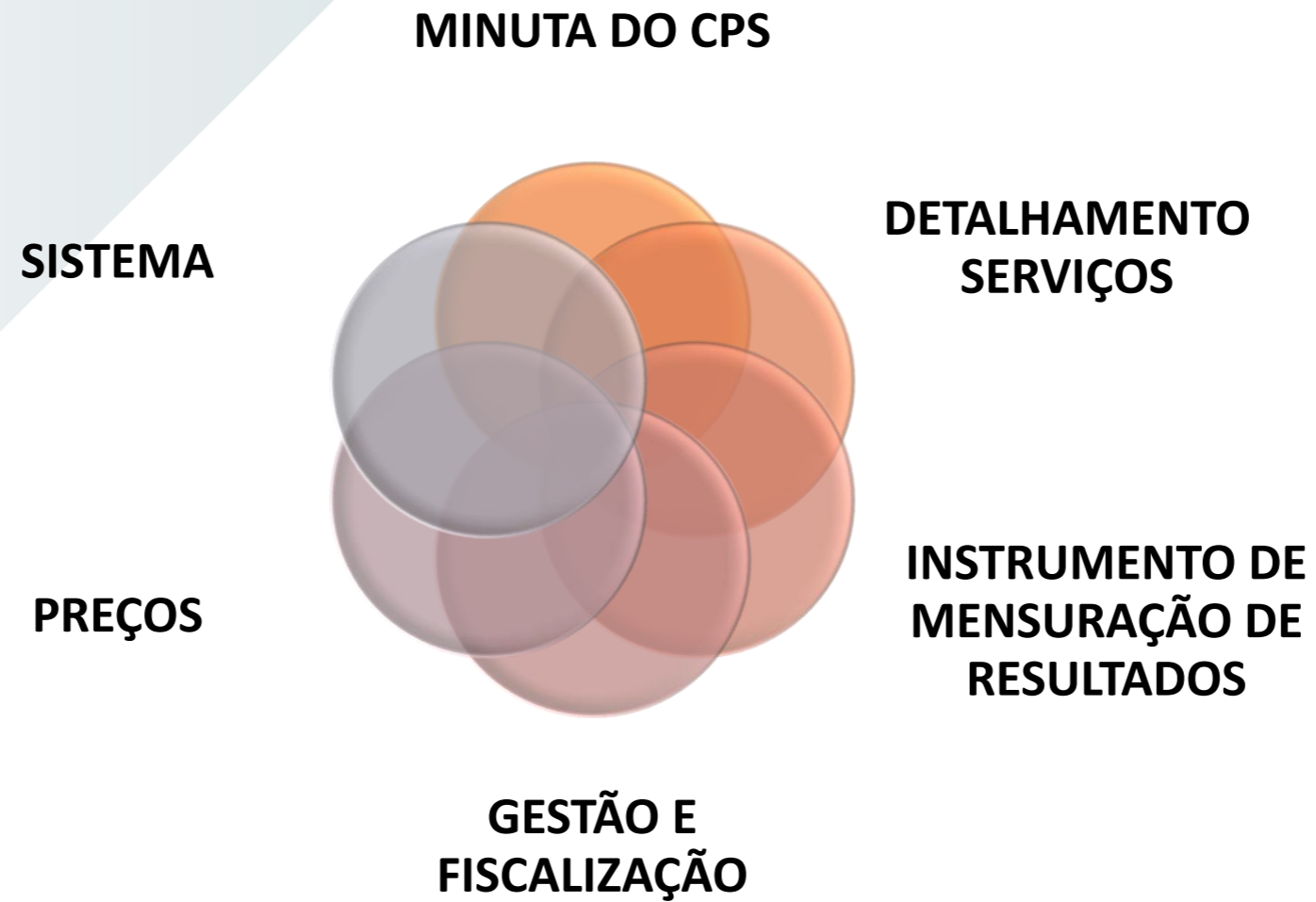


- MCidades envolvido por ser maior contratante e citado em acórdão do TCU.
- Demais Ministérios foram convidados a conhecer e opinar sobre o material desenvolvido.
- As duas principais mandatárias foram convidadas a participar.



GT DAS MANDATÁRIAS

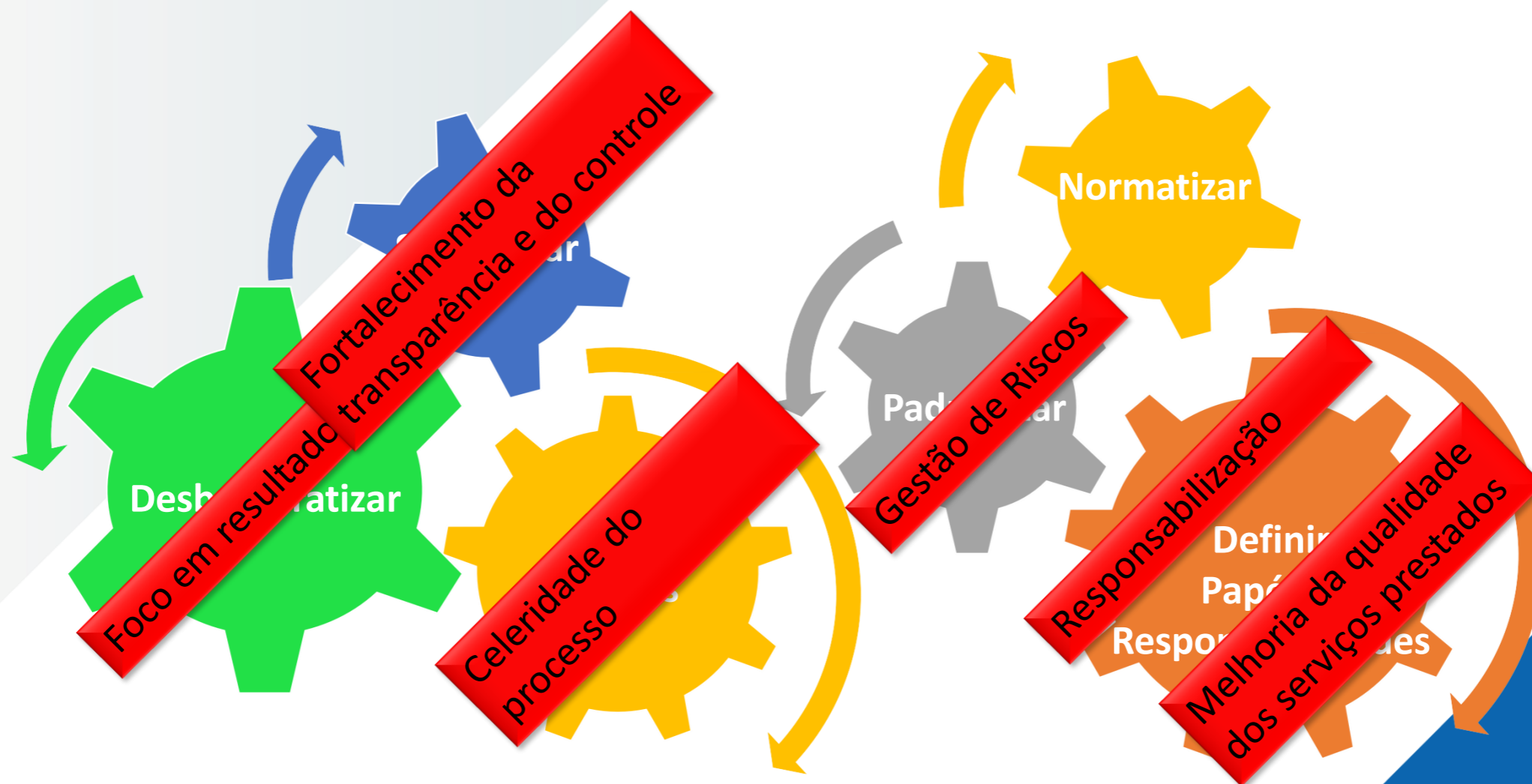
SUBGRUPOS





COMO MELHORAR O DESEMPENHO DOS CONTRATOS?

Avanços Trazidos pelo Marco Legal das Mandatárias – IN 2/2018



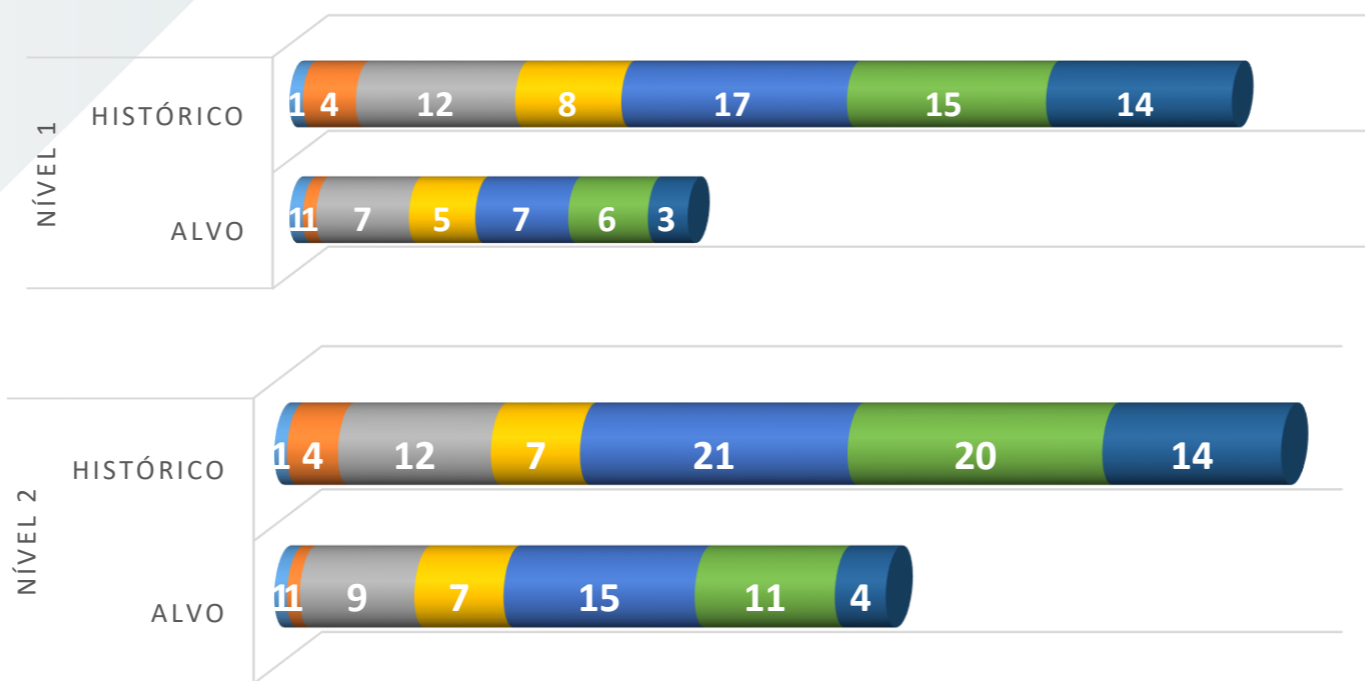
Avanços Trazidos pelo Marco Legal das Mandatárias – IN 2/2018

Redução de Custos
Celeridade do
processo

ANALISE PRELIMINAR
VRPL
PCF

CONTRATAÇÃO
ACOMPANHAMENTO 60%

ANÁLISE TÉCNICA
ACOMPANHAMENTO 100%



71 meses

30 meses

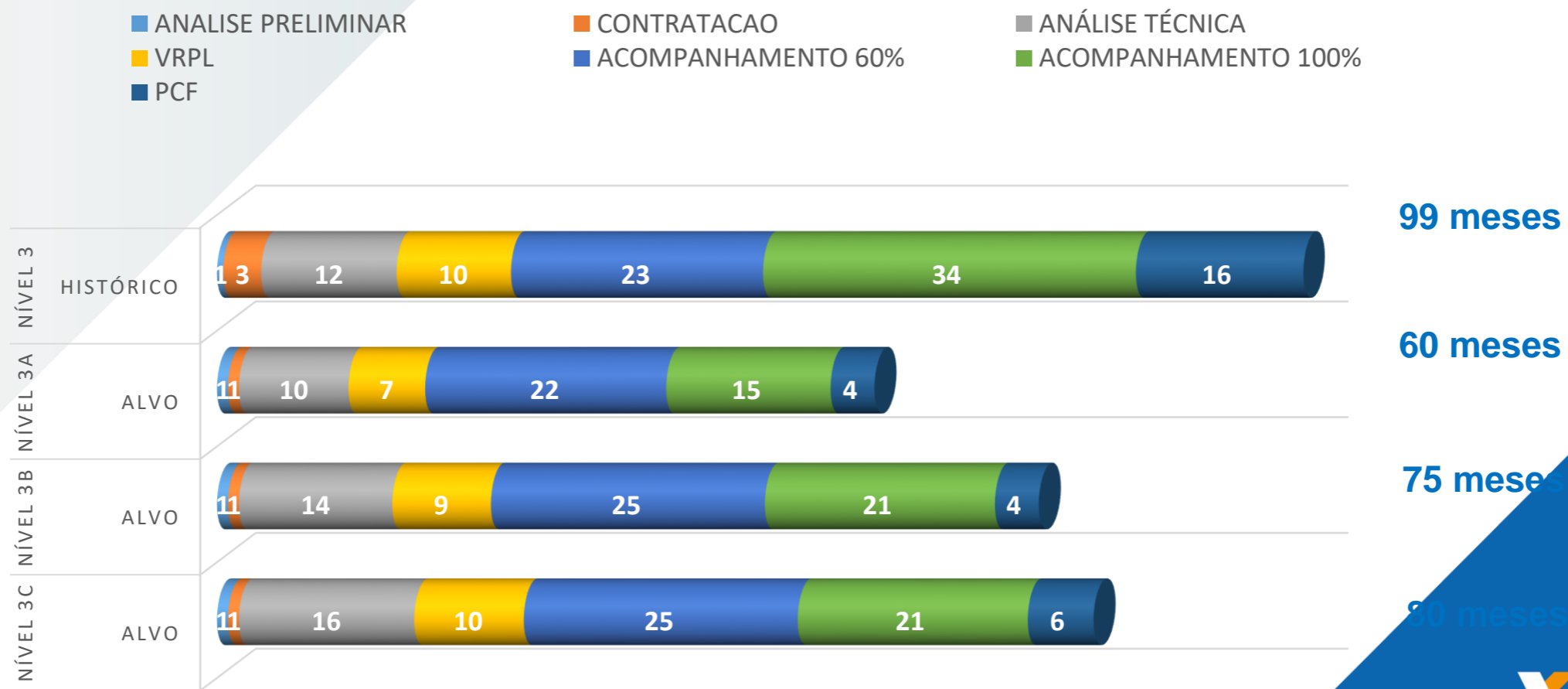
79 meses

48 meses



Avanços Trazidos pelo Marco Legal das Mandatárias – IN 2/2018

Redução de Custos
Celeridade do
processo



Avanços Trazidos pelo Marco Legal das Mandatárias – IN 2/2018

Redução de Custos
Celeridade do
processo



REDUÇÃO DE PRAZOS CONTRATUAIS

PI 424/2016 e GT Mandatórias (Principais pontos de redução temporal)

PI 424/2016	Vedação de reprogramação - Nível I e IV (> 80% das contratações)
	Vedação de reformulação
	Vedação de utilização de rendimentos
	Redução do número de aferições
	Valor de Boletim de Medição mínimo para aferição (10% do piso do nível)
GT Mandatórias	Adequação do fluxo financeiro de liberações da União
	Melhorias no SICONV (eficiência operacional)
	Controle de cronograma e prorrogações de vigência
	Prazos para validade da suspensiva
	Análise paramétrica – Nível I



Avanços Trazidos pelo Marco Legal das Mandatárias – IN 2/2018

Redução de Custos
Celeridade do
processo

Vigência Inicial

- 3 anos
- Neste prazo serão celebrados novos Contratos de Repasse

Melhoria Contínua

Prorrogação

- 2 anos (excepcionalmente por mais 1 ano)
- Objetiva exclusivamente finalizar os instrumentos contratados nos 3 primeiros anos de vigência contratual
- Não se celebra contratos de repasse em CPS com vigência prorrogada

Resíduo*

- Ao final da vigência do CPS prorrogado, será realizado levantamento do que ainda está em execução
- A solução será novo CPS específico para o resíduo ou finalização





Iuri Jadovski
Gerente de Filial
GIGOVPO

iuri.jadovski@caixa.gov.br
gigovpo@caixa.gov.br
gigovfl@caixa.gov.br
getre@caixa.gov.br
sutre@caixa.gov.br

**CONTE CONOSCO!
JUNTOS PODEMOS MAIS!**

(51) 3205-6250